



Sumário

Apresentação, xvii

Prefácio, xxi

Nota do Autor à 7ª edição, xxiii

Parte I – Introdução ao Direito Civil, 1

1 Introdução ao Direito Civil, 3

1.1 Tipicidade, 6

2 Fontes do Direito, 9

2.1 Lei, 10

2.1.1 Classificação das leis, 12

2.2 Costume, 15

2.3 Doutrina, 18

2.4 Jurisprudência, 19

2.5 Analogia, 22

2.6 Princípios gerais de direito, 23

2.7 Equidade, 24

3 Direito Romano, 27

3.1 Direito romano – compreensão e importância, 27

3.2 Fases do direito romano – sua divisão, 29

3.2.1 Período régio, 29

3.2.2 Período da república, 32

3.2.3 Período do principado, 40

- 3.2.4 Período da monarquia absoluta, 42
- 3.3 Sistema do *ius civile*, 42
- 3.4 Sistema do *ius gentium*, 45
- 3.5 Codificação de Justiniano – outras codificações, 46
 - 3.5.1 Código, 48
 - 3.5.2 Digesto, 49
 - 3.5.3 *Institutas*, 51
 - 3.5.4 *Novelas*, 52
 - 3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 52
 - 3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 53
- 3.6 Direito romano e moderno direito civil brasileiro, 54

- 4 **Direito Civil, 57**
 - 4.1 Direito privado em face do direito público, 58
 - 4.2 Direito civil como um ramo do direito privado, 60
 - 4.3 Importância do direito civil, 62
 - 4.4 Objeto do direito civil, 64
 - 4.5 Fontes do direito civil, 64

- 5 **Sistemas Jurídicos, 67**
 - 5.1 Que se entende por sistema jurídico, 67
 - 5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 69
 - 5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 70
 - 5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 70
 - 5.3.2 *Common law*, 71
 - 5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *common law*, 75
 - 5.3.4 Direitos socialistas, 76
 - 5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – direito chinês e direito japonês, 78
 - 5.4 Sistema romano-germânico: características, 80
 - 5.4.1 Universidades, 81
 - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 83
 - 5.4.3 Novas tendências, 84

- 6 **Codificação, 87**
 - 6.1 Introdução, 87
 - 6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 89
 - 6.1.2 Novos rumos da codificação, 90
 - 6.2 Código de Napoleão, 91
 - 6.3 Código alemão (BGB), 92
 - 6.4 Outras codificações do século XX, 94
 - 6.5 Técnicas da codificação, 95

- 7 **Direito Civil Brasileiro, 97**
 - 7.1 Direito civil antes do código, 97
 - 7.2 As várias tentativas de codificação, 98
 - 7.3 Código civil brasileiro de 1916, 100
 - 7.4 Tentativas de reforma legislativa, 101

8 Lei de Introdução ao Código Civil: Vigência e Aplicação da Lei, 103

- 8.1 A lei de introdução, 103
- 8.2 A lei e sua obrigatoriedade, 105
- 8.3 *Vacatio legis*. Vigência, 106
- 8.4 Modificação ou revogação da lei, 107
- 8.5 Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece (art. 3º da LICC), 109
- 8.6 Aplicação da lei. Analogia, costumes, princípios gerais de direito, 111
- 8.7 Os fins sociais da lei e as exigências do bem comum, 112
- 8.8 Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, 115

Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 121

9 Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano, 123

- 9.1 Pessoa natural, 123
- 9.2 Homem sujeito de direito – *status libertatis*, 125
 - 9.2.1 Escravidão, 126
 - 9.2.2 Condição de liberto – patronato, 128
- 9.3 *Status civitatis*, 129
- 9.4 *Status familiae*, 129

10 Sujeitos de Direito (II), 131

- 10.1 Pessoa natural, 131
- 10.2 Começo da personalidade natural, 133
 - 10.2.1 Condição do nascituro, 134
- 10.3 Incapacidades. Absoluta e relativa. Exclusão do ausente do rol de incapacidades, 136
 - 10.3.1 Menores de 16 anos, 137
 - 10.3.2 A deficiência mental, 139
 - 10.3.3 Incapacidade transitória, 139
- 10.4 Incapacidade relativa. Maiores de 16 e menores de 18 anos, 140
 - 10.4.1 Pródigos, 141
 - 10.4.2 Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo, 142
 - 10.4.3 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código, 143
- 10.5 Proteção aos incapazes (*leitura adicional*), 144
- 10.6 Silvícolas (*leitura adicional*), 145
- 10.7 Emancipação, 146
- 10.8 Ausência no atual Código, 150
- 10.9 Fim da personalidade natural. A morte presumida no atual código, 151
 - 10.9.1 Comoriência, 156
 - 10.9.2 Momento da morte, 156
- 10.10 Estado das pessoas, 157
- 10.11 Atos do registro civil, 160
 - 10.11.1 Nascimentos, 162
 - 10.11.2 Óbitos, 163
 - 10.11.3 Emancipação, interdição e ausência, 164
 - 10.11.4 Considerações finais, 164

11 Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais, 167

- 11.1 Direitos da personalidade. Noção e compreensão, 167
 - 11.1.1 Direitos da personalidade. Características. Enumeração, 168
 - 11.1.2 Tutela dos direitos da personalidade, 170
 - 11.1.3 Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade, 171
 - 11.1.4 Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins, 172
 - 11.1.5 Direito ao próprio corpo, 177
 - 11.1.6 Pessoa jurídica e direitos da personalidade, 179
- 11.2 Nome civil das pessoas naturais, 180
 - 11.2.1 Origens históricas, 181
 - 11.2.2 Natureza jurídica, 182
 - 11.2.3 Elementos integrantes do nome, 183
 - 11.2.4 Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração, 185
 - 11.2.5 Proteção do nome, 195

12 Domicílio, 197

- 12.1 Domicílio no direito romano, 198
- 12.2 Domicílio, residência e moradia, 199
- 12.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 201
- 12.4 Importância do domicílio, 203
- 12.5 Espécies de domicílio, 204
 - 12.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 207
- 12.6 Domicílio da pessoa jurídica, 210

13 Pessoas Jurídicas no Direito Romano, 213

- 13.1 Pessoa jurídica – introdução, 213
- 13.2 Pessoa jurídica no direito romano, 214
- 13.3 Principais pessoas jurídicas, 214
- 13.4 Capacidade das pessoas jurídicas no direito romano, 215

14 Pessoas Jurídicas, 217

- 14.1 Introdução, 217
- 14.2 Denominação, 220
- 14.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 220
- 14.4 Natureza da pessoa jurídica, 222
 - 14.4.1 Doutrinas da ficção, 222
 - 14.4.2 Doutrinas da realidade, 224
 - 14.4.3 Doutrinas negativistas, 225
 - 14.4.4 Doutrina da instituição, 225
 - 14.4.5 Conclusão, 226
- 14.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 227
- 14.6 Classificação das pessoas jurídicas, 229
 - 14.6.1 Pessoas jurídicas de direito privado, 230
 - 14.6.2 Grupos com personificação anômala, 232
- 14.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 237
- 14.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 237
 - 14.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 241

- 14.8.2 Art. 15 do código civil de 1916. Art. 43 do atual código, 243
- 14.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 245
- 14.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 246
- 14.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização, 247
- 14.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 247
- 14.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 248
 - 14.10.1 Registro da pessoa jurídica, 250
- 14.11 Sociedades e associações, 252
 - 14.11.1 Associações, 253
 - 14.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos, 260
- 14.12 Fundações, 261
- 14.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 266
- 14.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 270

15 Bens em Direito Romano, 277

- 15.1 Introdução, 277
- 15.2 As coisas *in patrimonio*, 278
 - 15.2.1 *Res Mancipi* e *res nec Mancipi*, 278
 - 15.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 278
 - 15.2.3 Móveis e imóveis, 279
- 15.3 Coisas *extra patrimonium*, 280
 - 15.3.1 *Res humani iuris*, 280
 - 15.3.2 *Res divini iuris*, 280
- 15.4 Divisões modernas de bens, 281
- 15.5 Patrimônio, 282

16 Os Bens e sua Classificação, 283

- 16.1 Bens e coisas: objeto do direito, 283
- 16.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 285
- 16.3 Móveis e imóveis, 285
 - 16.3.1 Regime dos bens imóveis, 286
 - 16.3.2 Regime dos bens móveis, 292
- 16.4 Bens fungíveis e infungíveis, 294
- 16.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 296
- 16.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 297
- 16.7 Bens singulares e coletivos, 298
- 16.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertenças, 301
 - 16.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 304
 - 16.8.2 Benfeitorias, 305
- 16.9 Bens públicos e particulares, 307
- 16.10 Bens que estão fora do comércio, 309

17 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos, 313

- 17.1 Introdução: os fatos jurídicos, 313
- 17.2 Negócio jurídico, 316
 - 17.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 317
- 17.3 Atos jurídicos no direito romano, 319

- 18 Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos, 321**
 - 18.1 Aquisição dos direitos, 321
 - 18.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 323
 - 18.1.2 Direitos eventuais, 324
 - 18.1.3 Expectativas de direito, 324
 - 18.1.4 Direitos condicionais, 325
 - 18.1.5 Direitos potestativos, 325
 - 18.2 Modificação dos direitos, 326
 - 18.3 Defesa dos direitos, 327
 - 18.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 330
 - 18.4 Extinção dos direitos, 333

- 19 Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies, 335**
 - 19.1 Conceito, 335
 - 19.2 Evolução histórica da representação, 336
 - 19.3 Figura do nuncio, 337
 - 19.4 Representação legal e voluntária, 338
 - 19.5 Efeitos da representação, 341

- 20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade, 343**
 - 20.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 343
 - 20.2 Vontade e sua declaração, 345
 - 20.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 347
 - 20.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 348
 - 20.3 Capacidade do agente, 349
 - 20.3.1 Legitimação, 350
 - 20.4 Forma, 352
 - 20.5 Objeto, 353
 - 20.6 Causa, 355

- 21 Interpretação dos Negócios Jurídicos, 359**
 - 21.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 359
 - 21.2 Interpretação no código civil. A boa-fé, 361

- 22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro, 365**
 - 22.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 365
 - 22.2 Erro ou ignorância, 368
 - 22.3 Escusabilidade do erro, 370
 - 22.4 Erro substancial e erro acidental, 372
 - 22.5 Erro consistente numa falsa causa, 376
 - 22.6 Erro de fato e erro de direito, 376
 - 22.7 Art. 141 do código civil, 378
 - 22.8 Art. 142 do código civil, 378
 - 22.9 Erro de cálculo, 379
 - 22.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório, 379
 - 22.11 Erro e vícios redibitórios, 379

- 22.12 Erro sobre o valor, 380
- 22.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo, 380

23 Dolo, 383

- 23.1 Conceito, 383
- 23.2 Erro e dolo, 385
- 23.3 Dolo e fraude, 385
- 23.4 Requisitos do dolo, 386
 - 23.4.1 Dolo essencial e dolo accidental, 387
 - 23.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 388
- 23.5 Dolo positivo e dolo negativo, 389
- 23.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no código de 1916, 390
- 23.7 Dolo do representante, 392
- 23.8 Dolo de ambas as partes, 393

24 Coação e Estado de Perigo, 395

- 24.1 Conceito, 395
- 24.2 Requisitos da coação, 397
 - 24.2.1 Essencialidade da coação, 398
 - 24.2.2 Intenção de coagir, 398
 - 24.2.3 Gravidade do mal cominado, 399
 - 24.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 399
 - 24.2.5 Dano atual ou iminente, 401
 - 24.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual código, 401
 - 24.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 402
- 24.3 O temor reverencial, 403
- 24.4 Coação por parte de terceiros, 404
- 24.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins, 405

25 Lesão, 409

- 25.1 Introdução, 409
- 25.2 Noção histórica, 410
- 25.3 Conceito e requisitos, 411
- 25.4 Lesão e lei de proteção à economia popular. Código de defesa do consumidor, 415
- 25.5 Procedimento judicial, 416
- 25.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 417
- 25.7 Prazo prescricional, 417

26 Fraude Contra Credores, 419

- 26.1 Introdução, 419
- 26.2 Noção histórica, 420
- 26.3 Fraude em geral, 421
- 26.4 Fraude contra credores, 423

- 26.4.1 Requisitos, 424
- 26.4.2 Ação pauliana, 428
- 26.5 Casos particulares estatuídos na lei, 429
 - 26.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 432
- 26.6 Fraude de execução, 433
- 26.7 Ação revocatória falencial, 436
- 26.8 Conclusão, 436

- 27 Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo, 439**
 - 27.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico, 439
 - 27.2 Condição, 440
 - 27.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 442
 - 27.2.2 Condição perplexa e potestativa, 443
 - 27.2.3 Condição impossível no código de 1916, 445
 - 27.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 447
 - 27.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição, 451
 - 27.2.6 Retroatividade da condição, 452
 - 27.2.7 Condição e pressuposição, 453
 - 27.3 Termo, 454
 - 27.3.1 O prazo, 456
 - 27.4 Encargo, 458

- 28 Invalidade dos Negócios Jurídicos, 461**
 - 28.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 461
 - 28.2 Nulidade, 462
 - 28.2.1 Conversão do negócio jurídico, 470
 - 28.3 Anulabilidade, 471
 - 28.3.1 Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis, 474
 - 28.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 476
 - 28.5 Problemática da inexistência dos negócios jurídicos, 477

- 29 Simulação, 481**
 - 29.1 Conceito, 481
 - 29.2 Requisitos, 483
 - 29.3 Espécies de simulação. O art. 102 do código civil de 1916, 485
 - 29.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 487
 - 29.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 489
 - 29.6 Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no código de 2002, 491
 - 29.7 Ação de simulação, 494
 - 29.8 Prova da simulação, 496
 - 29.9 Simulação no atual código civil, 498

- 30 Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito, 501**
 - 30.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 501

- 30.2 Elementos da responsabilidade extracontratual (extranegocial) ou aquiliana, 505
- 30.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 509
- 30.4 Abuso de direito, 514
 - 30.4.1 Conceito de abuso de direito, 515
 - 30.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 516
 - 30.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 518
 - 30.4.4 Abuso de direito no atual código civil, 520
- **31 Prescrição e Decadência, 521**
 - 31.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 521
 - 31.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 522
 - 31.3 Síntese histórica da prescrição, 524
 - 31.4 Conceito e requisitos da prescrição, 524
 - 31.4.1 Ações imprescritíveis, 526
 - 31.4.2 Prescrição e decadência, 527
 - 31.4.3 Disposições legais sobre a prescrição, 531
 - 31.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 536
 - 31.5 Prazos de prescrição no código de 1916, 547
 - 31.6 Prescrição e decadência no atual código civil, 548
- 32 Forma e Prova dos Negócios Jurídicos, 553**
 - 32.1 Conceito, valor e função da forma, 553
 - 32.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 557
 - 32.2 Prova dos negócios jurídicos, 559
 - 32.2.1 Meios de prova, 561
 - 32.2.2 Confissão, 562
 - 32.2.3 Atos processados em juízo, 565
 - 32.2.4 Documentos públicos ou particulares, 565
 - 32.2.5 A prova testemunhal, 568
 - 32.2.6 Presunções e indícios, 572
 - 32.2.7 A perícia. A inspeção judicial, 573

Bibliografia, 577

Índice remissivo, 583